PAUTA
PARA A 87ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 26 DE JUNHO DE 2012

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 30, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Cria cargos, funções autárquicas e empregos públicos no Quadro de Pessoal da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP.

2 - Projeto de lei nº 433, de 2012, de autoria da deputada Ana do Carmo. Classifica como Estância Turística o Município de São Bernardo do Campo.

3 - Projeto de lei nº 434, de 2012, de autoria da deputada Ana do Carmo. Dispõe sobre a utilização de tijolos ecológicos nas obras que a administração pública contratar.

4 - Projeto de lei nº 435, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui o "Dia Estadual dos Doutores da Alegria".

5 - Projeto de lei nº 436, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição para o vestibular nas universidades públicas e para concursos públicos estaduais às candidatas que sejam doadoras regulares de leite materno.

6 - Projeto de lei nº 437, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU o imóvel que especifica.

7 - Projeto de lei nº 438, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante doação, ao Município de Divinolândia o imóvel que especifica.

8 - Moção nº 60, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que encaminhe ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados um Projeto de Lei que vise proibir a cobrança indevida de tarifas bancárias, sob pena de se ressarcir em dobro o que foi pago pelos clientes, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 430, de 2012, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Autoriza o Poder Executivo a obrigar as concessionárias que administram rodovias no Estado a divulgarem valores arrecadados e investidos com a cobrança de pedágios.

2 - Projeto de lei nº 431, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Engenheiro Isaac Amaral Alves" ao trecho de rodovia que liga a Usina Engenheiro Sérgio Motta à Rodovia Arlindo Bettio, SP 613, em Rosana.

3 - Projeto de lei nº 432, de 2012, de autoria do deputado Rui Falcão. Institui a "Semana Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras" nas escolas públicas do Estado.

4 - Moção nº 59, de 2012, de autoria do deputado Carlos Cezar. Apela para a Sra. Presidenta da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes dos partidários, a fim de que empreendam esforços para que a proposta de alteração contida no anteprojeto do novo Código Penal que discriminaliza o uso privado de drogas não seja aprovada, tendo em vista os enormes prejuízos, tanto na área da segurança pública quanto em relação à saúde.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 29, de 2012, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Cria a Aglomeração Urbana de Avaré.

2 - Projeto de lei nº 427, de 2012, de autoria do deputado Milton Vieira. Dá a denominação de "Vereador Miguel Sarauza" ao dispositivo de acesso localizado no km 2,800 da Rodovia Feliciano Sales Cunha - SP 310, que liga esta rodovia à via de acesso Artur Fornazari Neto, em Auriflama.

3 - Projeto de lei nº 428, de 2012, de autoria do deputado Alex Manente. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Recreativa da Paulicéia - ACREPA", em São Bernardo do Campo.

4 - Projeto de lei nº 429, de 2012, de autoria do deputado Ed Thomas. Declara o Município de Presidente Prudente "Capital do Som Automotivo e Profissional".

5 - Moção nº 57, de 2012, de autoria da CPI da TV por Assinatura. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine providências ao Ministro das Comunicações e ao Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) no sentido da alteração do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução n. 488/2007, de modo a se fazer incluir, no artigo 14, um inciso VI, que preveja a possibilidade de cancelamento de serviços.

6 - Moção nº 58, de 2012, de autoria da CPI da TV por Assinatura. Apela para a Sra. Presidenta da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que, no âmbito de suas respectivas atribuições legais, sejam adotadas as medidas oportunas para a alteração da legislação e da respectiva regulamentação sobre a prestação de serviços de TV por Assinatura.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 28, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera a redação da Lei Complementar nº 1.080, de 2008.

2 - Projeto de lei nº 422, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Declara de utilidade pública a "Associação Coral de Aguaí", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 423, de 2012, de autoria do deputado André Soares. Proíbe ao fornecedor de emitir, sem solicitação prévia, boleto de oferta para a contratação de produtos ou serviços.

4 - Projeto de lei nº 424, de 2012, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Dr. João Luiz Trevelim" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Promissão.

5 - Projeto de lei nº 425, de 2012, de autoria do deputado Gilson de Souza. Dá a denominação de "Leonildo Diz" à passarela situada no km 178 da Rodovia SP 225, em Jaú.

6 - Projeto de lei nº 426, de 2012, de autoria do deputado Gilson de Souza. Dá a denominação de "Delegado João Eduardo Franco Perlati" ao viaduto situado no km 295 + 300 metros da Rodovia SP 255, em Jaú.

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 13, de 2012, de autoria da Mesa. Altera o artigo 5° da Resolução nº 878, de 2012, e dá outras providências.

2 - Projeto de lei nº 418, de 2012, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a comercialização pelo Estado de imóveis populares, reservando porcentagem para idosos.

3 - Projeto de lei nº 419, de 2012, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Altera a Lei nº 10.884, de 2001, que dispõe sobre a comercialização de imóveis populares pelo Estado, reservando porcentagem para portadores de deficiência ou famílias de portadores de deficiência.

4 - Projeto de lei nº 420, de 2012, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Torna obrigatório o fornecimento de um percentual mínimo de 10% de alimentos de origem orgânica na merenda das escolas estaduais.

5 - Projeto de lei nº 421, de 2012, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Autoriza o Poder Executivo a implantar o serviço social nas escolas da rede pública de ensino do Estado.

6 - Moção nº 56, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíves (ANP) e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a elaboração de estudos e a adoção das providências cabíveis para que seja efetivada uma redução do valor da tarifa de energia elétrica, bem como do preço dos combustíveis relativos a petróleo, gás natural, biocombustíveis e outros hidrocarbonetos fluidos.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 323, de 2010, de autoria do deputado Ed Thomas. Dá a denominação de "Ambrósio João Possari" à Delegacia de Polícia de Panorama.

(Em anexo o Projeto de lei nº 546, de 2010).

2 - Projeto de lei nº 988, de 2011, de autoria do deputado Samuel Moreira. Dá a denominação de "Professora Sandra Aparecida de Araújo" à Escola Estadual Jardim Brasil, em Itaí. (Em anexo o Projeto de lei nº 1056, de 2011).

3 - Projeto de decreto legislativo nº 122, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 004424/026/03 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a SANED Engenharia e Empreendimentos Ltda.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 126, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 016613/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo) e a Engelux Comercial e Construtora Ltda.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 181, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 033135/026/02 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Engelux Comercial e Construtora Ltda.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 193, de 2006, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 015110/026/01 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela PRODESP (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo) e a empresa CSU Cardsystem S.A.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 29, de 2008, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento. Considera regulares, nos autos do Processo RGL nº 6811/2007, os termos aditivos julgados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo - CDHU e a sociedade Comagi - Construções e Comércio Atayde Girardi Ltda.

8 - Projeto de decreto legislativo nº 1, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo TC - 9902/026/91, que julgou irregulares o expurgo da expectativa financeira e demais atos subseqüentes, referentes a contrato entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Companhia Paulista de Engenharia - COPENGE.

9 - Projeto de decreto legislativo nº 17, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Descontitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC - 29369/026/00, que julgou irregulares a licitação, o contrato e os termos de aditamento celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a L. Castelo Engenharia e Contruções Ltda e prejudicada a apreciação do contrato firmado com a Paez de Lima Construções, Comércio e Empreendimentos Ltda.

10 - Projeto de decreto legislativo nº 62, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 021718/026/93, que julgou irregulares o contrato e os aditivos celebrados entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública - Delegacia Geral de Polícia e a empresa L.J. Comércio e Construções Ltda.

11 - Projeto de decreto legislativo nº 72, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao processo TC - 19640/026/05, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Planer Engenharia Ltda.

12 - Projeto de decreto legislativo nº 73, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 35077/026/05, que verificou irregularidade em contrato celebrado pelo Banco Nossa Caixa S/A com a True Access Consulting Ltda.

13 - Projeto de decreto legislativo nº 78, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-26278/026/01, que julgou irregulares a Concorrência Pública, o Contrato e o Termo Aditivo, relativos à avença celebrada entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtora Elecon Ltda.

14 - Projeto de decreto legislativo nº 24, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado, no acórdão referente ao Processo TC - 517/009/07, que julgou irregular o pregão e o contrato celebrado entre o Conjunto Hospitalar de Sorocaba e a empresa MaxLav Lavanderia Especializada Ltda, bem como ilegais as decorrentes despesas, e propõe o arquivamento dos autos.

15 - Projeto de decreto legislativo nº 26, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhe a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acordão referente ao Processo TC-30567/026/02, que constatou irregularidade no contrato firmado entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e a empresa Siemens Ltda.

16 - Projeto de decreto legislativo nº 44, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acordão referente ao Processo TC 008123/026/07, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Saúvas - Empreendimentos e Construções Ltda.

17 - Projeto de decreto legislativo nº 59, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao Processo TC-17417/026/06, que julgou irregular licitação efetuada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e o respectivo contrato celebrado com a empresa Profac Engenharia e Comércio Ltda.

18 - Projeto de decreto legislativo nº 65, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acordão referente ao Processo TC - 34324/026/06, que julgou irregulares o contrato e a concorrência firmados entre a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação e a empresa Construtora Itajaí Ltda.

19 - Projeto de decreto legislativo nº 67, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acordão referente ao Processo TC - 000655/009/07, que julgou irregulares a dispensa de licitação, o contrato e os termos de aditamento e reajuste celebrados entre o Conjunto Hospitalar de Sorocaba e a empresa FAT - Fundação de Apoio à Tecnologia.

20 - Projeto de decreto legislativo nº 69, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC-028716/026/99, que julgou irregulares a inexigibilidade de licitação e o contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Associação Movimento Sem Terra de São Miguel Paulista.

21 - Projeto de decreto legislativo nº 71, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acordão referente ao processo TC - 08414/026/07. que julgou irregulares o pregão e o contrato celebrado entre a CESP - Companhia Energética de São Paulo e a empresa Bardella S/A Indústrias Mecânicas.

22 - Projeto de decreto legislativo nº 72, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acordão referente ao processo TC - 036573/026/05, que julgou irregular o contrato celebrado entre o DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e a empresa Este Reestrutura Engenharia Ltda.

23 - Projeto de decreto legislativo nº 74, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no acordão referente ao processo TC-15130/026/2005, que julgou irregulares a Concorrência Pública, o Contrato e o Termo de Aditamento, firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Flasa Engenharia e Construções Ltda.

24 - Projeto de decreto legislativo nº 75, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acordão referente ao processo TC-001758/026/2007, que julgou irregulares a Concorrência Pública e o Contrato, firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Proeng Construtora e Comércio Ltda.

25 - Projeto de decreto legislativo nº 1, de 2011, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao processo TC - 036154/026/04, que julgou irregulares a licitação e o contrato celebrado entre a Fundação do ABC - Hospital Municipal Universitário de São Bernardo do Campo e a empresa Dr. Ghelfond Diagnóstico Médico Ltda.

26 - Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2011, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no acórdão referente aos processos TC-4188/026/2008 e 7683/026/2008, que julgou irregulares a Licitação e o Contrato, firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a JHD Construções e Comércio Ltda.

27 - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2011, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no acórdão referente ao Processo TC-8510/026/2007, que julgou irregulares a Concorrência Pública e o Contrato, firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Construtora Itajaí Ltda.